

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 893, DE 2019

Transforma o Conselho de Controle de Atividades Financeiras na Unidade de Inteligência Financeira.

EMENDA SUPRESSIVA Nº

Suprima-se o Parágrafo 2º do Art. 5º da MP nº 893/2019.

JUSTIFICAÇÃO

O MP nº 893/2019 altera o nome e amplia o escopo da atuação do COAF além do combate à lavagem de dinheiro. Acrescenta como novas atribuições: “o combater ao financiamento do terrorismo” e “o combate ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa”.

Contudo, define que os membros do Conselho Deliberativo, além de não serem remunerados, poderão ser escolhidos de forma discricionária pelo Presidente do Banco Central - BACEN.

Atualmente os membros do Conselho do COAF são indicados pelos diversos órgãos e Ministérios envolvidos na sua atuação – Banco Central, Polícia Federal, Receita Federal, CVM (Comissão de Valores Mobiliários), Susep (Superintendência de Seguros Privados), Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Receita Federal, Abin (Agência Brasileira de Inteligência), Controladoria-Geral da União, Ministério da Economia, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Justiça.



Nesse contexto, esta emenda suprime dispositivo que define que a função de Conselheiro não poderá ser remunerada. Objetiva permitir que haja uma participação mais profissional para a atuação do Conselho.

Sala da Comissão,

Deputado PAULO PIMENTA (PT/RS)

